

## EDITAL

Saibam todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que nesta data foi promulgada e registrada a seguinte lei,

### LEI Nº 2.025 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

**DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA A POLÍTICA PÚBLICA DE DIGNIDADE MENSTRUAL E GARANTIA DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS EM ÂMBITO MUNICIPAL PARA TODAS AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA.**

**NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Registro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que, aprovada pela Câmara Municipal de Registro/SP, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei institui Diretrizes para a Política Pública Municipal de Dignidade Menstrual com garantia de distribuição gratuita de absorventes higiênicos em âmbito municipal para as pessoas do sexo feminino em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Art. 2º. A Política Pública Municipal de Dignidade Menstrual terá como diretrizes a promoção de saúde e atenção à higiene com os seguintes objetivos:

- I – lutar contra a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso ou a falta de recursos que possibilitem a aquisição de produtos de higiene necessários ao ciclo menstrual feminino.
- II – mapeamento a ser realizado pelas políticas de saúde, assistência social e educação através de busca-ativa, escuta e atendimento individual das mulheres sem acesso a absorventes higiênicos, visando direcionar e aperfeiçoar esta política;
- III – fomentar parcerias entre o setor público/privado na elaboração de estratégias que incentivem às cooperativas e microempreendedores individuais na fabricação de absorventes menstruais higiênicos de baixo custo visando inclusive alternativas sustentáveis;
- IV – reduzir faltas escolares de educandas em período menstrual evitando assim prejuízos à aprendizagem e ao rendimento escolar.
- V – educação menstrual, com propósito de:
  - a) compreender a menstruação como processo natural do desenvolvimento feminino;
  - b) quebrar o tabu que permeia o sangue menstrual, abrindo espaços pra diálogos sobre o tema nas escolas e demais espaços públicos que atendam mulheres, promovendo conhecimento acerca dos diferentes tipos de protetores menstruais e garantia de orientação sobre os cuidados em saúde e higiene durante o ciclo menstrual.

Art. 3º. A Política Pública de que trata esta lei consiste nas seguintes diretrizes básicas:

- I – articulação entre órgãos públicos e iniciativa privada para ações educativas sobre o tema da Dignidade Menstrual voltado a todos os públicos, objetivando democratizar o acesso à informação.
- II – disponibilização e distribuição gratuita de protetores menstruais higiênicos, pelo Poder Público, por meio de aquisição por compra, doação ou outras formas, mediante parcerias com a iniciativa privada e/ou organizações não governamentais para as pessoas do sexo feminino:
  - a) em situação de vulnerabilidade socioeconômica, classificados com pobreza e extrema pobreza;
  - b) em situação de rua;
  - c) matriculadas nas escolas públicas municipais, estaduais ou federais ou bolsistas de escolas privados ou do terceiro setor, em situação de vulnerabilidade social, com vistas à prevenção de doenças, combate à evasão escolar e superação da pobreza menstrual;
  - d) em situação de vulnerabilidade social acolhidas nas instituições de acolhimento.

Lei nº 2.025/2021

Art. 4º. Fica estabelecido que os absorventes higiênicos serão incluídos nas cestas básicas fornecidas como benefício eventual da política pública de Assistência Social, caracterizado como um "produto higiênico básico", e classificado como "bem essencial".

Art. 5º. A Política Pública Municipal de Dignidade Menstrual deve se estruturar e garantir as ações de forma complementar às políticas públicas, programas, projetos e ações desenvolvidas por outra esfera de governo devendo prevalecer sempre a que melhor atenda o interesse do cidadão.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento dos órgãos públicos envolvidos, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**, 23 de dezembro de 2021.

**NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA**  
Prefeito Municipal

Reg. e Publ. na data supra

**LUCIANA CUNHA DE AZEVEDO GETHMANN**  
Secretária Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social e Economia Solidária

**ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

**SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA**  
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos e Segurança Pública

Projeto de Lei nº 040/2021 de autoria da Vereadora Sandra Kennedy Viana



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D8CF-ADFA-9B5F-665C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA (CPF 097.XXX.XXX-10) em 05/01/2022 08:45:57 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR (CPF 370.XXX.XXX-40) em 05/01/2022 08:52:20 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LUCIANA CUNHA DE AZEVEDO GETHMANN (CPF 011.XXX.XXX-05) em 05/01/2022 11:32:47 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA (CPF 037.XXX.XXX-95) em 07/01/2022 14:14:52 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://registro.1doc.com.br/verificacao/D8CF-ADFA-9B5F-665C>